

www.mpatraoneves.pt

Ética, Deontologia e Prática Profissional

Tese:

A Deontologia e a Ética contribuem (diferente e decisivamente) para a qualificação da prática profissional.

A prática profissional descontextualizada do quadro normativo deontológico, bem como de considerações éticas, ficaria reduzida a um exercício técnico automatizado, à margem do relacionamento humano que dignifica profissionais e utentes.

Ética, Deontologia e Prática Profissional

Sinopse

- 1. Conceitos fundamentais: ética, moral, direito e deontologia
- 2. Da Ética Profissional à Ética Aplicada à nutrição: do profissional ao utente
- 3. A moral comum: teorias éticas e princípios
- 4. Principais problemas éticos em alimentação e nutrição

1. Conceitos Fundamentais

- Ética racionalidade da ação humana (nível da fundamentação e/ou justificação da acção: razão de ser da acção/porque ajo assim?)
- Moral conjunto de normas voluntárias de acção (nível normativo ou da regulamentação da acção, interiorizado pelo agente: como devo agir?)
- Direito conjunto de regras obrigatórias cuja infracção é sancionada (normativa objectiva e universal, exterior ao agente: como sou obrigada a agir?)
- Deontologia ética profissional (normativa restrita, particular, corporativista: como devo agir enquanto profissional?)

2. Da Ética Profissional...

Um "Código Deontológico" é um conjunto de normas que incidem sobre obrigações, responsabilidades, direitos e regulam o exercício de uma profissão, incluindo regras de natureza:

- ética ou moral, que visam assegurar a integridade (carácter)

 do profissional;
- jurídica e administrativa, que visam assegurar a qualidade (técnica) do exercício da profissão.

O objectivo é credibilizar e prestigiar a profissão e os seus agentes, através da autoregulação, atendendo ao reconhecimento do valor social da profissão. Assim as normas:

- são consensuais e de fácil cumprimento, implicando ma sanções para os prevaricadores; aoneves pt
- exprimem uma moral comum e tendem, cada vez mais, a aproximarem das leis positivas.

2. Da Ética Profissional...

O Código Deontológico da Ordem dos Nutricionistas (Reg. n.º 511/2012) refere-se:

- a valores e princípios éticos
- aos princípios da autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça
- à honestidade e integridade
- aos deveres específicos da privacidade e a confidencialidade

Refere-se também às relações com:

- clientes
- colegas
- outros profissionais
- entidades empregadoras

2. ...à Ética Aplicada à nutrição

Todos os profissionais de saúde dispõem de uma ética profissional, de uma deontologia que lhes é restrita.

Hoje, porém, no contexto do respeito de todas as pessoas na sua dignidade humana, num estatuto de plena igualdade entre todas as pessoas, as relações são necessariamente simétricas, e assim também entre pessoas que carecem de aconselhamento nutricional e os profissionais da área.

Por isso, a deontologia já não é suficiente para garantir uma relação ética com o outro: o nutricionista não pode trabalhar em circuito-fechado e subordinado apenas a uma auto-regulação.

Assim sendo, a ética do cuidado alimentar e nutricional extravasa o âmbito circunscrito da deontologia e requer uma apreciação ética.

2. ...à Ética Aplicada à nutrição

Éticas aplicadas = Deontologia

(utente)

reflexão sobre o modo como o homem deve agir num contexto de actividade humana específico ou particular

moral comum

regras morais segundo uma noção de bem/dever

zelar pelo pessoal dimensão pessoal e social Deontologia
(profissional)
ética profissional

moral restrita a um grupo

regras morais, administrativas, jurídicas

zelar pela profissão dimensão social

3. A moral comum: teorias éticas Perspectivas éticas: Teleológica

(o termo grego telos significa "fim") privilegia a enunciação do(s) fim(ns) ou bem(ns) para que a acção se deve dirigir e em função do(s) qual(is) ela será ajuizada como boa (a moralidade da acção depende do fim ou bem para que esta se dirige) / descritivas.

[Aristóteles, ética das virtudes]

O hedonismo (realização do prazer) e o utilitarismo (realização da máxima utilidade) são teleológicas e consequencialistas.

3. A moral comum: teorias éticas

Perspectivas éticas: Deontológica

(o termo grego "deon significa "dever" ou "obrigação") privilegia a enunciação de um princípio prévio ou concomitante ao agir (que constitua também sua causa final) segundo o qual a acção se deverá orientar e em cumprimento consistirá a sua moralidade, independentemente das consequências da acção (a moralidade da acção depende do princípio que a determinou no seu dinamismo) / prescritivas.

[Kant, ética do dever]

3. A moral comum: teorias éticas

Perspectivas éticas: Procedimental

Empenha-se no diálogo, na comunicação entre as pessoas morais, numa abdicação de princípios ou de finalidades previamente estabelecidas, privilegiam a construção de amplos consensos acerca das modalidades preconizáveis da acção (subordina-se a moralidade da acção ao juízo da maioria) / consensuais.

[Habermas e Apel, ética da discussão]

www.mpatraoneves.pt

www.mpatraoneves.g

3. A moral comum: teorias éticas

Ética de máximos e ética de mínimos

No mundo actual dominado pelo pluralismo, não é possível ir muito além de uma ética dos mínimos (ética cívica), um conjunto de princípios comuns ou partilhados, reconhecidos por todos como obrigatórios (justiça) a qual, aliás, tende a ser plasmada em normativa jurídica.

Uma ética dos máximos (ética pessoal), como aspiração moral desejada e procurada (felicidade), mantém-se poderosa como ideal a alcançar, mobilizador das vontades, e sempre por acabar.

3.A moral comum: elementos da vida ética

Princípios

Normas

Enunciados formais gerais que fundamentam e regulam a acção e se exprimem por obrigações (interdições ou permissões)

descritivos

gerais

abstractos

fundamentadores

www.mpatraoneves.pt

prescritivos

específicos

concretos

reguladores

www.mpatraoneves.pt

Privacidade / Confidencialidade

3.A moral comum: elementos da vida ética Valor

Enunciados avaliativos que contêm expressões de apreciação ou depreciação

concepção objectiva

concepção subjectiva

o valor apoia-se sobre um objecto bom em si mesmo o valor depende do sujeito que classifica algo como bom

valores objectivos

valores subjectivos

valores que não variam a partir das circunstâncias

valores que o são de acordo com as circunstâncias (dependem do espaço e do tempo)

permanecem

transmutam-se

3.A moral comum: elementos da vida ética **Virtudes**

Disposição habitual para bem agir ou excelência de carácter

Deveres

Procedimentos a que o sujeito moral está obrigado

propõem-se como uma exortação estimulam-se a partir de uma concepção partilhada de bem reconhecimento da validade

realizam-se na prossecução do bem

impõem-se como obrigação

formulam-se a partir do da norma

cumprem-se na obediência

Honestidade, Integridade

Princípios éticos (teleológicos)

Beneficência

Obrigatoriedade de iniciativas positivas para ajudar outros, de realizar um bem; a utilidade requer que os agentes ponderem benefícios e contrariedades para produzir os melhores resultados globais.

Não-maleficência

Obrigatoriedade de não infligir qualquer mal aos

Princípios éticos (deontológico)

Autonomia

Obrigatoriedade de respeitar um agente autónomo isto é, no mínimo, reconhecer o direito dessa pessoa manter os seus pontos de vista, fazer escolhas, e agir baseada em valores e crenças pessoais. [...] Inclui, pelo menos nalguns contextos, obrigações para manter as capacidades dos outros para escolhas autónomas.

3. A moral comum: princípios éticos Princípios éticos

Justiça (libertária, utilitária, igualitária, comunitarista)

- libertária: obrigatoriedade de respeito integral pelos direitos individuais (liberdade e propriedade privada), sem que o Estado tenha autoridade para impor padrões de respeito integral pelos direitos individuais (liberdade e propriedade privada), sem que o Estado tenha autoridade para impor padrões de respeito integral pelos direitos individuais (liberdade e propriedade privada), sem que o Estado tenha autoridade para impor padrões de respeito integral pelos direitos individuais (liberdade e propriedade), sem que o Estado tenha autoridade para impor padrões de respeito integral pelos direitos individuais (liberdade e propriedade), sem que o Estado tenha autoridade para impor padrões de respeito integral pelos direitos individuais (liberdade e propriedade), sem que o Estado tenha autoridade para impor padrões de respeito integral pelos direitos direitos
- utilitária: obrigatoriedade de maximização da utilidade social (o maior bem para o maior mumero de pessoas), podendo subestimar direitos, valores, singularidades;

Princípios éticos (deontológicos)

- igualitária: obrigatoriedade de distribuição igualitária de bens (atendendo à especificidade das pessoas e grupos particulares);
- comunitária: obrigatoriedade de codificar as práticas sociais de acordo com as tradições culturais de cada sociedade, tendo a comunidade prioridade sobre os interesses particulares e mesmo sobre as liberdades individuais e o respeito pela igualdade entre todos os cidadãos.

Princípios éticos

A Justiça distributiva refere-se à distribuição justa (fair), equitativa (equitable) e apropriada, determinada por normas justificáveis que estruturam os termos da cooperação social.

[...] Não há um único princípio que possa responder a todos os problemas de justiça.

www.mpatraoneves.pt

www.mpatraoneves.pt

Princípios éticos

Vulnerabilidade

- a) exprime para todos a finitude e a fragilidade da existência humana que, para os que são capazes de autonomia, funda a possibilidade e a necessidade da moral;
- b) a vulnerabilidade é objecto de todo o princípio moral enquanto apelo à responsabilidade e assinala o limite de toda a liberdade.

5. Problemas éticos

Estes são de natureza muito diversa, podendo-se organizar nas seguintes categorias:

- 1. (estatuto/papel) Os diferentes estatutos e desempenhos do profissional: relações com empresas (comercialização dos serviços), media (publicidade), investigação científica (assistente-investigador), as quais podem envolver conflito de interesses.
- 2. (relações profissionais) As diferentes relações profissionais: com os colegas (diferentes perspectivas sobre uma mesma realidade e diferentes abordagens a validação científica), a equipa de saúde (competição e individualismo), o paciente (autonomia e beneficência), os familiares (colaboração e confidencialidade).

5. Problemas éticos

Alguns dos problemas éticos mais complexos associados à alimentação e nutrição colocam-se no domínio da saúde:

- 3. Regimes alimentares específicos (para diabéticos, neonatos, pacientes terminais, mas também nutrição desportiva) e alimentação/nutrição artificial (entérica e parentérica)
- 4. Distúrbios alimentares: bulimia, anorexia, obesidade (patologias multifatoriais).

5. Problemas éticos

5. Opções alimentares por motivações religiosas (judeus, muçulmanos) e/ou filosóficas: vegetarianos, vegans e macrobióticos, (informar, respeitando as opções alimentares, sem julgar ou discriminar; risco para a saúde de menores).

6. Gestão da qualidade e segurança alimentar (número crescente de doenças transmitidas por alimentos - Encefalopatia espongiforme bovina/BSE; e. coli -, controlo de qualidade; OGMs).



www.mpatraoneves.pt

www.mpatraoneves.pt

Obrigada

www.mpatraoneves.pt

www.mpatraoneves.pt